



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



PORTARIA N.º 174/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a recente publicação da Resolução n.º 265/2018/CNJ, que alterou dispositivos da Resolução 215/2015/CNJ, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei n.º 12.527/2011;

CONSIDERANDO a necessidade de coordenação, padronização e controle das informações a serem prestadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acerca dos itens constantes no Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ;

CONSIDERANDO o objetivo de integração à gestão compartilhada e focada nos princípios administrativos da eficiência, eficácia e efetividade;

DESIGNA os setores responsáveis por cada item da tabela constante no Anexo I desta Portaria, nos seguintes termos:

Set. Resp.	Gab. Pres.	Cor-G	Sec. Plen.	Dir. Geral	Coord. Adm.	Coord. Jud.	Coord. de TIC	NCI	NGE	Auditorias
---------------	---------------	-------	---------------	---------------	-------------	----------------	------------------	-----	-----	------------



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Itens do Anexo I – Resolução 215/2015 CNJ	▪ 36.1	▪ 2.11	▪ 2.9	▪ 2.1	▪ 2.6	▪ 22.1	▪ 35.4	▪ 2.3.2	▪ 1	▪ 2.2	▪ 35.4
	▪ 48	▪ 2.12	▪ 3	▪ 2.3	▪ 10	▪ 22.2	▪ 35.5	▪ 5	▪ 36.2	▪ 2.4	▪ 35.5
	▪ 49	▪ 35.2	▪ 50	▪ 2.3.1	▪ 11	▪ 22.3		▪ 6	▪ 36.4	▪ 2.5	
	▪ 49.1	▪ 35.3	▪ 51.2	▪ 2.3.3	▪ 12	▪ 22.4		▪ 7	▪ 36.5	▪ 2.7	
	▪ 54	▪ 35.4	▪ 52	▪ 2.3.4	▪ 13	▪ 23		▪ 8		▪ 2.8	
		▪ 35.5	▪ 53	▪ 2.10	▪ 14	▪ 24		▪ 9			
		▪ 37		▪ 4	▪ 14.1	▪ 24.1		▪ 42			
		▪ 38		▪ 36.3	▪ 14.2	▪ 24.2		▪ 43			
		▪ 39		▪ 58	▪ 15	▪ 24.3		▪ 44			
		▪ 40		▪ 59	▪ 15.1	▪ 24.5		▪ 46			
		▪ 41		▪ 60	▪ 15.2	▪ 24.6		▪ 47			
		▪ 43		▪ 61	▪ 15.3	▪ 24.7		▪ 51			
		▪ 45			▪ 16	▪ 24.8		▪ 51.1			
		▪ 47			▪ 17	▪ 25		▪ 56			
		▪ 55			▪ 18	▪ 26		▪ 65			
		▪ 55.1			▪ 19	▪ 27		▪ 66			
		▪ 55.2			▪ 20	▪ 28		▪ 67			
					▪ 21	▪ 29		▪ 68			
					▪ 21.1	▪ 30					
					▪ 21.2	▪ 31					
					▪ 21.3	▪ 32					
					▪ 21.4	▪ 33					
					▪ 21.5	▪ 34					
					▪ 21.6	▪ 35					
					▪ 21.7	▪ 35.1					
					▪ 21.8	▪ 51					
					▪ 21.9	▪ 57					
					▪ 22						

DETERMINA a utilização, para o preenchimento das informações que deverão ser direcionadas ao Núcleo de Gestão Estratégico até às 18 horas do dia 25/10/18, do modelo **constante no anexo II**.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça Militar, em Porto Alegre, 24 de outubro de 2018.

Juiz Militar PAULO ROBERTO MENDES RODRIGUES
Presidente do TJM

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Dirnei Vieira de Vieira
Diretor-Geral



TABELA (ANEXO n.º 1)

Perguntas	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	LINK
Transparência Ativa - Publicação no Site				
1 – A divulgação das informações no sítio eletrônico observa o caráter informativo, educativo ou de orientação social? Considera-se 'Caráter Informativo' (elaborado de forma impessoal, frequentemente fazendo uso da terceira pessoa), 'Educativo' (elaborado de forma a favorecer a formação da consciência crítica em relação à matéria veiculada) ou de 'Orientação Social' (elaborado em consonância com as necessidades e realidades dos grupos sociais atendidos pelo tribunal ou conselho).				
2 – No site estão publicados(as):				
2.1 – As finalidades e os objetivos institucionais?				
2.2 – Os objetivos estratégicos, metas, indicadores e resultados alcançados pelo órgão?				
2.3 – O registro das competências e responsabilidades do órgão?				
2.3.1 – Estrutura organizacional, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as unidades?				
2.3.2 – Endereços, inclusive eletrônicos?				
2.3.3 - Telefone das respectivas unidades?				
2.3.4 – Horários de atendimento ao público?				



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



<p>2.4 – Os dados gerais para o acompanhamento de programa, ações, projetos e obras desenvolvidos?</p> <p>Consideram-se ‘Dados Gerais’ aqueles que identificam o Programa, a Ação, o Projeto e a Obra, com explicitação do número do processo, objeto, vigência, nome e CPF/CNPJ dos convenientes.</p>				
<p>2.5 – Os levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão?</p>				
<p>2.6 – Os atos normativos expedidos pelo órgão?</p>				
<p>2.7 – As audiências públicas realizadas?</p>				
<p>2.8 - As consultas públicas ou outras formas de participação popular?</p>				
<p>2.9 – O calendário das sessões colegiadas?</p>				
<p>2.10 – O campo denominado ‘Transparência’?</p>				
<p>2.11 – O campo denominado ‘Serviço de Informações ao Cidadão’?</p>				
<p>2.12 – As Respostas a Perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)?</p>				
<p>3 – O site dispõe de mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e processos administrativos instaurados que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo?</p>				
<p>4 – O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permite o acesso à informação de interesse coletivo ou geral?</p>				
<p>5 – O site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, preferencialmente abertos, e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV, RTF), de modo a facilitar a análise das informações? Consideram-se ‘Relatórios em formato eletrônico aberto, e não proprietário’, os documentos produzidos e disponibilizados em formato amplamente conhecido que permitam análise facilitada e uso irrestrito das informações.</p>				



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



<p>6 – O site possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina? Consideram-se ‘Sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina’, aqueles que permitam a leitura sem limitações legais de uso dos arquivos por programas de terceiros.</p>				
<p>7 – O site divulga em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação, resguardados aqueles necessários para a segurança dos sistemas informatizados? Consideram-se ‘Formatos utilizados para estruturação da Informação’ aqueles comumente empregados pelo órgão para gerar e divulgar informações detalhadas ao público para os mais variados propósitos.</p>				
<p>8 – O site garante a autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso? Consideram-se ‘Autenticidade e Integridade das Informações’ respectivamente a qualidade de essas serem produzidas, expedidas, recebidas ou modificadas por determinado indivíduo, equipamento ou sistema, e não serem modificadas, inclusive quanto a origem, trânsito e destino.</p></p></p>				
<p>9 – O site permite o acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência, a exemplo de critérios avaliados pelo Programa AccessMonitor -www.acessibilidade.gov.pt?</p>				
Transparência Ativa – Receita				
<p>10 – No site constam informações sobre os valores arrecadados mensalmente pelo Fundo de Compensação dos Atos Cíveis? (Não se aplica ao STJ, TST, TSE, STM, TREs, TRFs e TRTs).</p>				
<p>11 – No site constam informações sobre os valores arrecadados mensalmente pelo Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário? (Não se aplica ao STJ, TST, TSE, STM, TREs, TRFs e TRTs).</p>				



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



12 – No site constam informações sobre a destinação dos recursos provenientes da aplicação de pena de prestação pecuniária recolhidos em conta judicial vinculada?				
13 – No site constam informações sobre os valores repassados ao Tribunal em razão dos rendimentos – spread bancário – dos valores depositados pelos entes públicos para o pagamento de precatórios judiciais?				
Transparência Ativa - Despesa				
14 – O órgão publica mensalmente:				
14.1 – O Anexo I da Resolução CNJ n. 102/2009?				
14.2 – O Anexo II da Resolução CNJ n. 102/2009?				
15 – O órgão publica na página na internet na área TRANSPARÊNCIA:				
15.1 – A íntegra da proposta orçamentária ou do quadro de detalhamento da despesa com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição?				
15.2– A íntegra da Lei Orçamentária ou do quadro de detalhamento da despesa com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição?				
15.3 – O Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo grau de jurisdição?				
16 – O órgão publica o registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros?				
17 – O órgão mantém atualizado em seu sítio na internet o demonstrativo bimestral com os montantes aprovados e os valores da limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária?				
18 – O órgão publica o 'Relatório de Gestão Fiscal'?				
19 – O órgão publica no site a relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?				



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



20 – O órgão publica no site a íntegra dos instrumentos de cooperação (convênios, termos de cooperação, de compromisso, protocolo de intenções, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres) vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?				
Transparência Ativa - Licitações e Contratos				
21 – O site divulga as seguintes informações relativas a procedimentos licitatórios:				
21.1 – A íntegra da ‘Solicitação de Contratação’, desde que não tenha sido considerado sigiloso?				
21.2 – A íntegra dos ‘Estudos Técnicos Preliminares da Contratação’, desde que não tenha sido considerado sigiloso?				
21.3 – A íntegra da Informação conclusiva sobre o ‘Valor Estimado da Licitação’, desde que não tenha sido considerado sigiloso?				
21.4 – A íntegra dos editais de licitação com os respectivos anexos (o anexo do edital inclui projeto básico ou termo de referência, minuta da ata de registro de preços, quando for o caso, e minuta de contrato)?				
21.5 – A íntegra dos questionamentos apresentados durante a realização do certame licitatório?				
21.6 – A íntegra das impugnações ao edital de licitação?				
21.7 – O nome do vencedor da licitação?				
21.8 – A íntegra dos contratos firmados?				
21.9 – A íntegra dos Termos Aditivos assinados?				
22 – O site divulga as seguintes informações concernentes a dispensas e inexigibilidades de licitação:				
22.1 – A íntegra do Projeto Básico, desde que não tenha sido considerado sigiloso?				



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



22.2 – A íntegra dos atos de reconhecimento e ratificação da dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que não tenha sido considerado sigiloso?				
22.3 – A íntegra dos contratos firmados em decorrência da ratificação da dispensa ou inexigibilidade de licitação?				
22.4 – A íntegra dos Termos Aditivos dos contratos resultantes da ratificação da dispensa ou inexigibilidade de licitação?				
Transparência Ativa - Gestão de Pessoas				
23 – O órgão publica mensalmente o Anexo III da Resolução CNJ n. 102/2009?				
24 – O órgão publica o Anexo IV da Resolução CNJ n. 102/2009, indicando especificamente os dados requeridos para:				
24.1 – Alínea “a”				
24.2 – Alínea “b”				
24.3 – Alínea “c”				
24.4 – Alínea “d”				
24.5 – Alínea “e” (Não se aplica aos TRES)				
24.6 – Alínea “f” (Não se aplica aos TRES)				
24.7 – Alínea “g”				
24.8 – Alínea “h”				
25 – O órgão publica o Anexo V da Resolução CNJ n. 102/2009?				
26 – O órgão publica o Anexo VI da Resolução CNJ n. 102/2009?				
27 – O órgão publica o Anexo VII da Resolução CNJ n. 102/2009?				
28 – O órgão publica semestralmente a Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), na qual constem todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos servidores, cargos efetivos, cargos em comissão e funções ocupadas?				
29 – O órgão publica a relação de membros e servidores que se encontram afastados para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública?				



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



30 – O órgão publica a relação de membros e servidores que participam de Conselhos e assemelhados, externamente à instituição?				
31 – O órgão publica a remuneração e proventos de membros, servidores, ativo, aposentado, pensionista e colaboradores?				
32 – O órgão publica informações sobre os valores repassados mensalmente para o INSS e o Fundo de Previdência, indicando o montante do Patrocinador e Patrocinado?				
33 – O órgão divulga as diárias e passagens concedidas por nome e cargo do favorecido e constando data, destino, e motivo da viagem?				
34 – O órgão publica no site os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos e comissionados, bem como de funções de confiança?				
Transparência Ativa - Relatórios				
35 – O site apresenta:				
35.1 – Lista de veículos oficiais utilizados, com indicação das quantidades em cada uma das categorias definidas no art. 2º da Resolução CNJ n. 83/2009?				
35.2 – Relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?				
35.3 – Descrição das ações desenvolvidas para a concretização do direito constitucional de acesso à informação?				
35.4 – Rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 meses?				
35.5 – Rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura?				
Transparência Ativa - Auditoria e Prestação de Contas				
36 – O site apresenta:				
36.1 – Prestações de contas ou relatório de gestão do ano anterior?				



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



36.2 – Relatório, Certificado de Auditoria, Parecer do Órgão de Controle Interno e pronunciamento do presidente do tribunal ou conselho?				
36.3 – Publicação da decisão quanto à regularidade das contas proferida pelo Órgão de Controle Externo?				
36.4 – Plano de Auditoria de Longo Prazo?				
36.5 – Plano Anual de Auditoria?				
Transparência Passiva - Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)				
37 – Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) a que o cidadão possa entregar pessoalmente o pedido de acesso a informações?				
38 – Há indicação do órgão ou unidade orgânica responsável pelo SIC?				
39 – Há indicação de endereço de localização do SIC?				
40 – Há indicação de telefone(s) de atendimento do SIC?				
41 – Há indicação dos horários de funcionamento do SIC?				
42 – Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no qual o cidadão possa enviar pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?				
43 – O site indica a possibilidade de acompanhamento posterior do Pedido de acesso à informação?				
44 – A solicitação por meio do SIC faz exigência de identificação do interessado?				
45 – O site prevê a possibilidade de o interessado apresentar pedido de informação por correspondência ou optar pelo recebimento da resposta em meio físico, seja por correspondência ou por retirada no local?				
46 – O site prevê a possibilidade de o interessado optar pelo tratamento sigiloso dos seus dados pessoais?				



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



47 – O site prevê a possibilidade de isenção dos custos das respostas por correspondência ou em meio físico dos materiais utilizados quando a situação econômica do solicitante não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei n. 7.115/1983?				
Transparência Passiva - Boas Práticas de Transparência				
48 – O site possibilita a transmissão ao vivo das sessões dos órgãos colegiados do tribunal ou conselho?				
49 – As sessões dos órgãos colegiados são registradas em áudio?				
49.1 – O conteúdo das sessões dos órgãos colegiados é disponibilizado no site do tribunal ou conselho?				
50 – A Ata das sessões dos órgãos colegiados é publicada no site do tribunal ou conselho no prazo de 2 dias, contados da data de sua aprovação?				
51 – No site constam publicações de informações referentes aos magistrados:				
51.1 – Dados biográficos, telefones e endereço eletrônico?				
51.2 – Presença em Plenário e em Comissões?				
52 – No site consta a Pauta das reuniões de Comissões e respectivos resultados e atas?				
53 – No site consta a Ordem do dia das sessões do Plenário?				
Transparência Passiva - Boas Práticas de Transparência				
54 – O órgão divulga nas redes sociais, no que for possível, para ampliar a divulgação das ações, produtos e decisões?				
55 - O site disponibiliza serviço que permita o registro de denúncias e reclamações?				
55.1 - O site disponibiliza serviço que permita o acompanhamento de denúncias e reclamações?				



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



55.2 - O site disponibiliza avaliação do serviço de registro de denúncias e reclamações?				
56 – O tribunal utiliza intérprete de linguagem brasileira de sinais, legenda, audiodescrição e comunicação em linguagem acessível em todas as manifestações públicas, entre elas propagandas, pronunciamentos oficiais, vídeos educativos, eventos e reuniões?				
57 – O tribunal divulga os nomes dos servidores que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral? (Não se aplica ao órgão que não tenha implementado o teletrabalho)				
58 – O tribunal divulga a base de dados com as informações indicadas no art. 3º (atividade docente por magistrado com indicação da instituição de ensino, horário e disciplinas ministradas) e no § 1º do art. 4º (participação em eventos, com indicação da data, tema, local e a entidade promotora), todos da Resolução CNJ n. 34/2007 com as alterações da Resolução CNJ n. 226/2016?				
59 – O tribunal realizou consulta pública para formação do Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos? (Observação: Para atendimento a este tópico, o tribunal deverá comprovar que a consulta pública foi divulgada na internet, em jornal de grande circulação, consulta a universidades, a entidades, órgãos e conselhos de classe, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil)				
60 – O tribunal publicou edital fixando os requisitos e os documentos a serem apresentados pelos profissionais e órgãos interessados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos?				
61 – O tribunal divulga na internet a relação dos profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos?				



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



62 – O tribunal divulga na internet dados atualizados dos quatro integrantes do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), tais como: nome, telefone e e-mail? (Não se aplica aos TRES)				
63 – O tribunal divulga na internet banco de dados pesquisável com os registros eletrônicos dos temas para consulta pública com informações padronizadas de todas as fases percorridas dos casos repetitivos? (observação: consultar o Parágrafo único do art. 8º da Resolução CNJ n. 235/2016 para verificar o conteúdo mínimo das informações do banco de dados) (Não se aplica aos TRES)				
64 – O tribunal divulga na internet banco de dados pesquisável com os registros eletrônicos dos temas para consulta pública com informações padronizadas de todas as fases percorridas dos incidentes de assunção de competência ajuizados no respectivo tribunal? (observação: consultar o Parágrafo único do art. 11 da Resolução CNJ n. 235/2016 para verificar o conteúdo mínimo das informações do banco de dados) (Não se aplica aos TRES)				
65 – O órgão publicou, na internet, o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC)?				
66 – O órgão instituiu o Sistema de Gestão da Segurança da Informação e publicou, na internet, as informações sobre o referido sistema?				
67 – O órgão publicou, na internet, a Política de Gestão de Pessoas de TIC?				
68 – O órgão publicou, na internet, o Plano Orçamentário de TIC?				



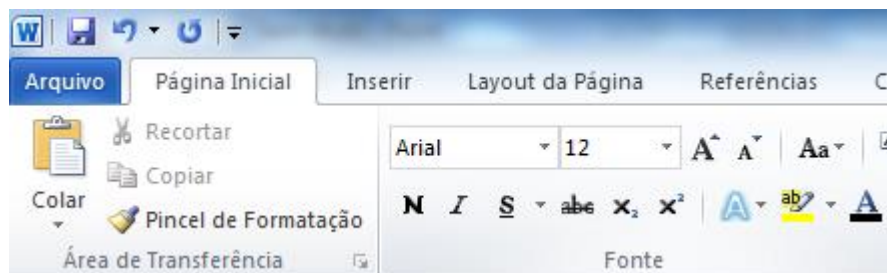
FORMATAÇÃO (ANEXO n.º 2)

1. FONTE: arial

1.1 Cor: preta

1.2 Tamanhos:

A) 12: todo o texto.



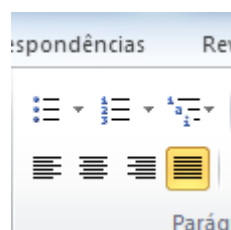
B) 14: somente os títulos.

C) 10: somente:

- tabela de informações;
- ementa;
- citação direta recuada à direita;
- notas de rodapé.

2. ALINHAMENTO:

2.1 Justificado: todo texto.



2.2 Alinhado à esquerda: ambas as colunas da tabela das informações.

2.3 Centralizado:

- títulos;



- data do acórdão;
- nomes dos Juízes que assinam o acórdão.

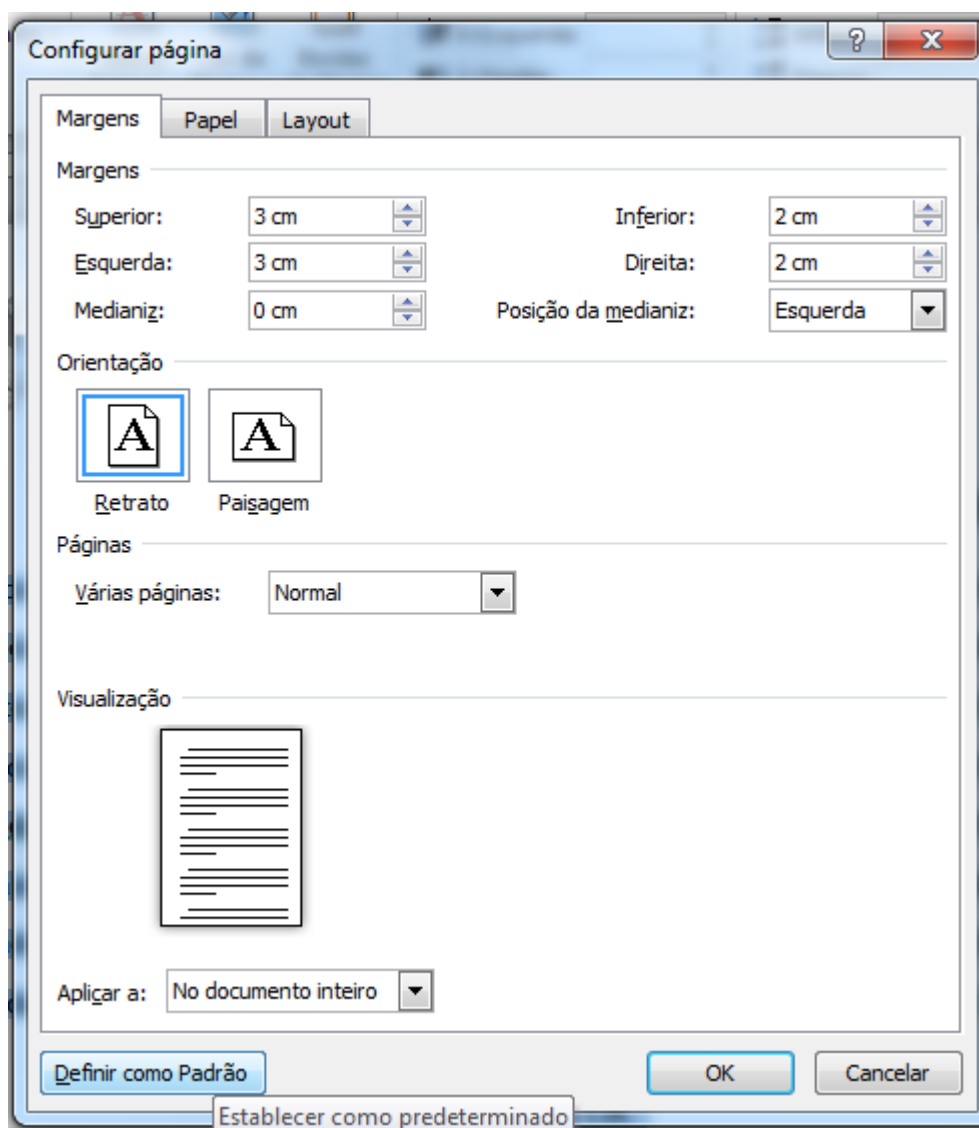
3. MARGENS:

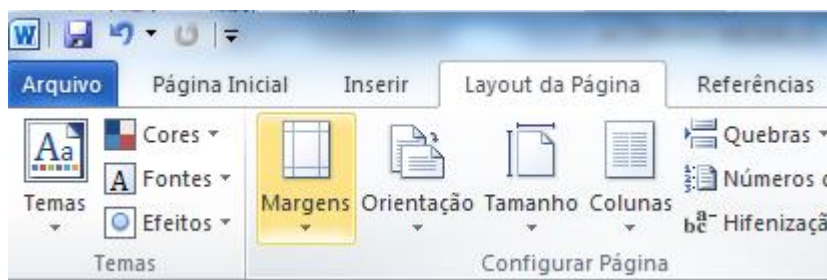
3.1 Superior: 3cm

3.2 Esquerda: 3cm

3.3 Inferior: 2cm.

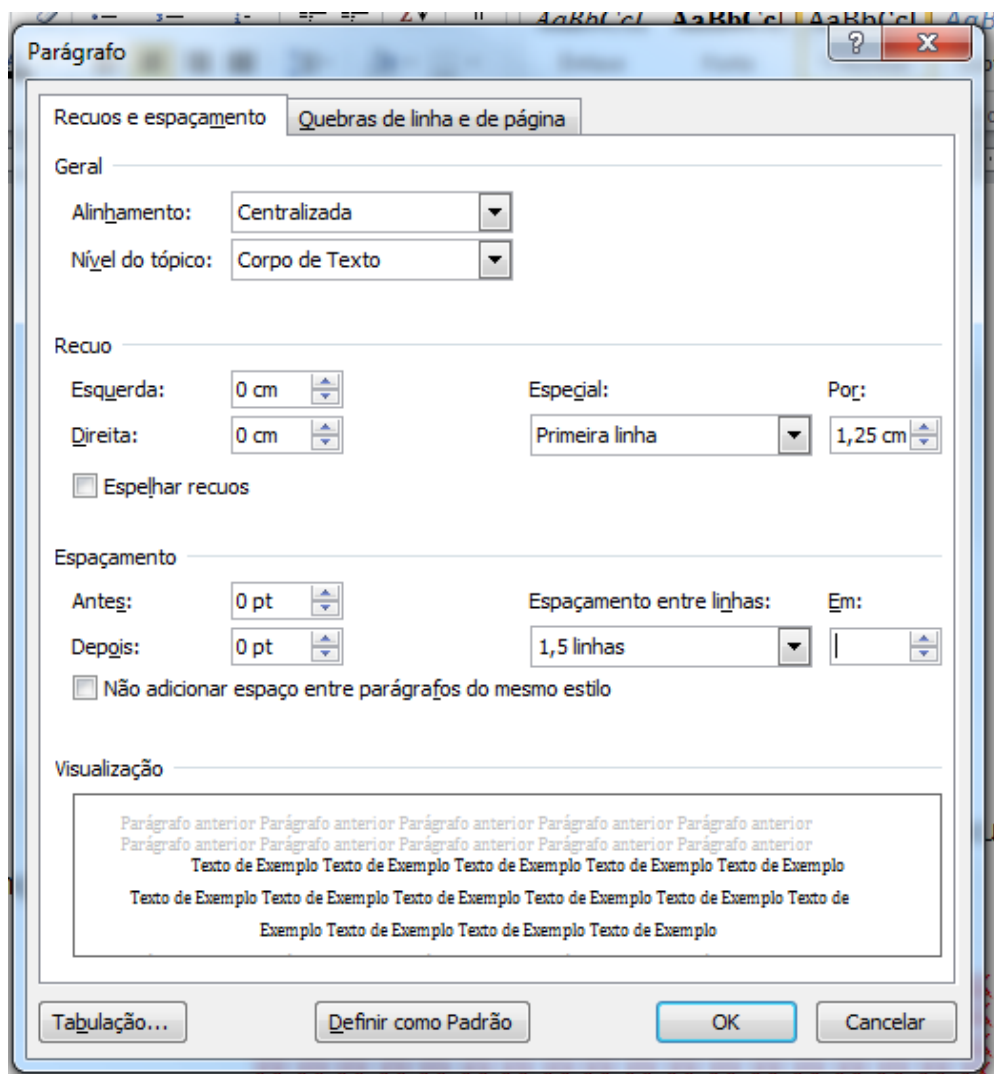
3.4 Direita: 2cm





4. PARÁGRAFO:

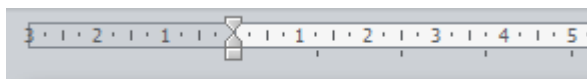
4.1 Dimensão: 1,25 cm a partir da margem esquerda de 3cm





4.2 Ausência de parágrafo:

- ementa: a ser elaborada em texto corrido, sem parágrafo e sem espaços.
- citação direta recuada à direita
- notas de rodapé



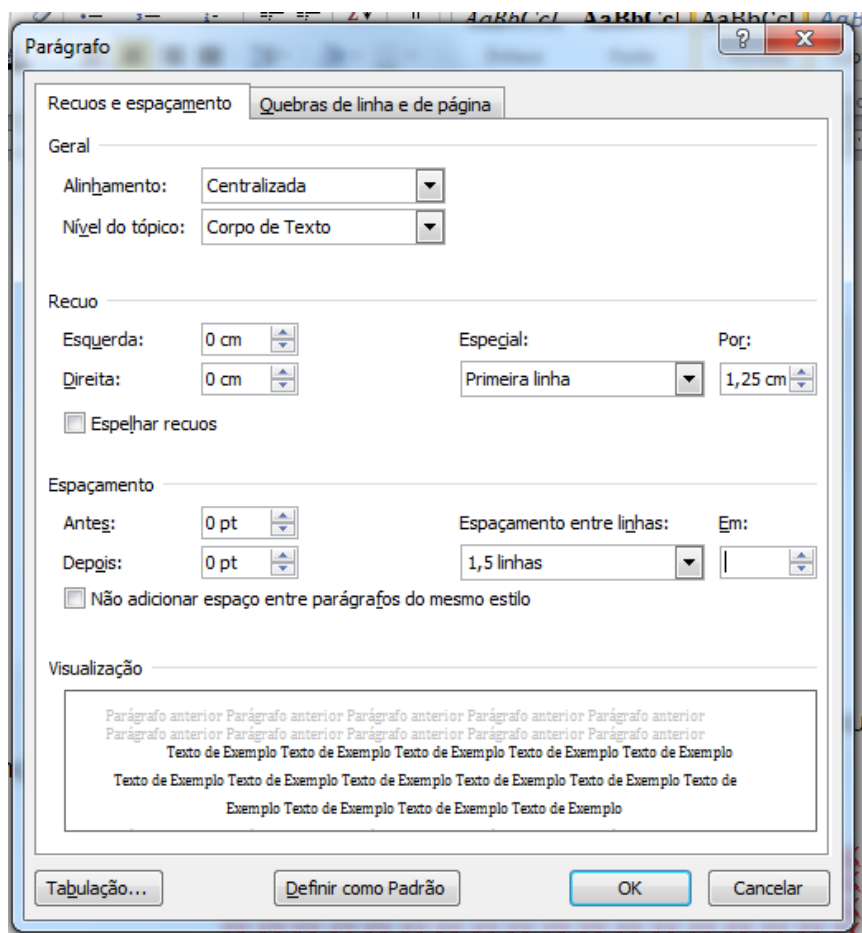
5. ESPAÇAMENTO:

5.1 Antes: 0 cm

5.2 Depois: 0cm

5.3 Entre linhas:

A) 1,5cm: todo texto.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



B) 1,0cm:

- ementa.
- citação direta recuada à direita.
- notas de rodapé.

6. ESPAÇAMENTO ENTRE TÍTULOS E TEXTO: 1 linha antes e 1 linha depois

7. CABEÇALHO:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



8. RODAPÉ:

Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjmrs.jus.br
100 anos do TJM – 170 da JME

 **Justiça Militar**
Página 1 de 1

Disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico n.º 6.376, de 25 de outubro de 2018, como se confere clicando [aqui](#).

Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul
www.tjmrs.jus.br
100 anos do TJM – 170 da JME

 **Justiça Militar**
Página 18 de 18